

A Política e a Complexidade: diálogos preliminares

Politics and Complexity: preliminary dialogues

Politique et complexité : dialogues préliminaires

La política y la complejidad: diálogos preliminares

 **Kamila Nascimento**
Centro Universitário Fametro

 **Caroline Bianca Graeff**
Universidade Federal de Pelotas

Resumo | O pensamento complexo abrange e perpassa diversos campos de conhecimento e tem sido discutido em diversas áreas, há várias décadas. Nas ciências humanas a complexidade tem suas raízes no pensamento de Gaston Bachelard, mas tem sido essencialmente desenvolvida por Edgar Morin há pelo menos trinta anos. No Brasil, seu acolhimento tem ocorrido em áreas tais como a educação, enfermagem e psicologia, mas tem sido sistematicamente ignorado pelas ciências sociais e em especial pela ciência política. Por esta razão, este trabalho visa fornecer elementos preliminares para sua utilização, e demonstrar a importância de um olhar menos fragmentado e mais solidário e transdisciplinar dentro dos estudos políticos, abraçando a teoria complexa como uma forma de desenvolver conhecimento no universo político. **Palavras-chave:** complexidade, política, Edgar Morin, ética da solidariedade.

Abstract: Complex thinking encompasses and permeates various fields of knowledge and has been discussed in several areas for several decades. In the human sciences complexity has its roots in the thinking of Gaston Bachelard, but has been essentially developed by Edgar Morin for at least thirty years. In Brazil, its acceptance has occurred in areas such as education, nursing and psychology, but has been systematically ignored by the social sciences and especially by political science. For this reason, this paper aims to provide preliminary elements for its use, and demonstrate the importance of a less fragmented and more sympathetic and transdisciplinary view within political studies, embracing complex theory as a way of developing knowledge in the political universe.

Keywords: complexity, politics, Edgar Morin, ethics of solidarity.

Résumé: La pensée complexe englobe et imprègne différents domaines de connaissances et fait l'objet de débats dans différents domaines depuis plusieurs décennies. Dans les sciences humaines, la complexité trouve ses racines dans la pensée de Gaston Bachelard, mais elle a été développée essentiellement par Edgar Morin depuis au moins trente ans. Au Brésil, son acceptation s'est produite dans des domaines tels que l'éducation, les soins infirmiers et la psychologie, mais elle a été systématiquement ignorée par les sciences sociales et en particulier par la science politique. Pour cette raison, ce travail vise à fournir des éléments préliminaires pour son utilisation et à démontrer l'importance d'une perspective moins fragmentée et plus solidaire et transdisciplinaire au sein des études politiques, embrassant la théorie complexe comme moyen de développer des connaissances dans l'univers politique.

Mots-clés: complexité, politique, Edgar Morin, éthique de la solidarité.

Resumen: El pensamiento complejo abarca y atraviesa diversos campos de conocimiento y ha sido discutido en diversas áreas, desde hace varias décadas. En las ciencias humanas la complejidad tiene sus raíces en el pensamiento de Gastón Bachelard, pero ha sido esencialmente desarrollada por Edgar Morin por lo menos treinta años. En Brasil, su acogida se ha dado en áreas tales como la educación, enfermería y psicología, pero ha sido sistemáticamente ignorado por las ciencias sociales y en especial por la ciencia política. Por esta razón, este trabajo pretende proporcionar elementos preliminares para su utilización, y demostrar la importancia de una mirada menos fragmentada y más solidaria y transdisciplinaria dentro de los estudios políticos, abrazando la teoría compleja como una forma de desarrollar conocimiento en el universo político.

Palabras clave: complejidad, política, Edgar Morin, ética de la solidaridad.

Introdução¹

O pensamento complexo abrange e perpassa diversos campos de conhecimento e tem sido discutido em diversas áreas, há várias décadas. O termo complexidade é em si mesmo problemático, pois muitas definições foram propostas tentando dar conta de o conceituar. De acordo com Horgan (1998, p.245) em lista compilada no início da década de 1990 pelo físico Seth Lloyd, o termo complexidade apresentava pelo menos 31 definições. Elas baseiam-se caracteristicamente na termodinâmica, na teoria da informação e na ciência da computação e envolviam conceitos como entropia, acaso e informação.

Nas ciências humanas a complexidade tem suas raízes no pensamento de Gaston Bachelard, mas tem sido essencialmente desenvolvida por Edgar Morin há pelo menos três décadas. No Brasil, seu acolhimento tem ocorrido em áreas tais como a educação, enfermagem e psicologia, mas tem sido sistematicamente ignorado pelas ciências sociais e, em especial, pela ciência política. Por esta razão, este trabalho visa fornecer elementos preliminares para sua utilização, e demonstrar a importância de um olhar menos fragmentado e mais solidário e transdisciplinar dentro dos estudos políticos.

Na primeira parte do texto, apresenta-se alguns pressupostos teóricos de autores pós-fundacionalistas, especialmente ligados à concepção da ontologia da política e a contribuição singular do sociólogo francês Edgar Morin que desenvolveu uma teoria complexa com bases epistemológicas fundamentadas na complexidade.

No segundo momento, apresentamos o diálogo possível entre os pressupostos do pensamento complexo e a ciência política, objetivando dar os primeiros passos no sentido de abrir caminho para uma discussão que abrace a teoria complexa como uma forma de se pensar o mundo e desenvolver conhecimento dentro do universo político.

O Pensamento Complexo

Há inúmeras maneiras possíveis de se abordar a complexidade, nenhuma delas muito simples. Isto porque a complexidade, como o próprio termo indica, não se presta à redução senão através da própria complexidade. Complexidade é uma palavra-problema, não uma palavra-solução; a complexidade desafia, não dá respostas. A dificuldade em conceber esse pensamento complexo está no fato de que ele (pensamento complexo) deve enfrentar o emaranhado, a contradição e, porque não, a solidariedade dos fenômenos entre eles (Florentino, 2007, p. 67).

O pensamento complexo demanda abstrair-nos de tudo o que nos foi ensinado enquanto ciência porque o que ele resgata é justamente o que havia sido deixado de fora. De fato, a primeira advertência que pode ser feita aos iniciantes na compreensão da complexidade é que a tentativa de reduzi-la a modelos já estabelecidos é a maior de todas as armadilhas. A complexidade lida com o desvio, com o caos, com o que o pensamento disciplinar não explica. Isso não significa que o pensamento complexo seja o estudo da

¹ Uma versão preliminar deste artigo foi apresentada no II Congreso Latinoamericano de Teoría Social y Teoría Política - “Horizontes y dilemas del pensamiento contemporáneo en el sur global”, que aconteceu na Facultad de Ciencias Sociales da Universidad de Buenos Aires, Argentina, nos dias 2 a 4 de agosto de 2017.

parte que foi deixada de fora, porque o que a complexidade não faz é lidar com uma parte, ela lida com o todo. Ela não separa, mas junta. Religa domínios separados do conhecimento e “conceitos antagônicos como ordem e desordem, certeza e incerteza, a lógica e a transgressão da lógica. É um pensamento da solidariedade entre tudo o que constitui nossa realidade” (Morin, 1997, p. 11).

Embora para muitos campos o conhecimento esteja passando por um crescente processo de complexização que só agora vem sendo observado, (o campo do social é destaque nesse sentido), a complexidade não é novidade, sempre existiu e os sistemas biológicos são seus melhores exemplares (Baranger, 2000). Estudar a complexidade, no entanto, é algo relativamente novo e a razão é que nossa educação não nos permitia vê-la. Fomos ensinados a separar e isolar as coisas.

Separamos os objetos de seu contexto, separamos a realidade em disciplinas compartimentadas umas das outras. Mas, como a realidade é feita de laços e interações, nosso conhecimento é incapaz de perceber o *complexus* - o tecido que junta o todo. Ao mesmo tempo, nosso sistema de educação nos ensinou a saber as coisas como deterministas, que obedecem a uma lógica mecânica; coisas das quais podemos falar com muita clareza e que permitem, evidentemente, a precisão e a predição (Morin, 1997, p. 16).

Consequentemente, aquilo que não nos permitia a previsão e que se prestava ao desvio e a incerteza foi deixado de fora da ciência. E, por isso, a importância de frisar o fato de que a complexidade sempre existiu. A relatividade não nasceu com Einstein, nem a gravidade foi inventada por Newton, eles apenas explicaram fenômenos que já existiam a despeito de serem ignorados. A complexidade não foi inventada neste século, embora só agora comecemos a considerá-la (Morin, 1997).

De acordo com Morin (1997) a complexidade tenta dar conta do que originariamente o termo *complexus* significa: “o que tece em conjunto”, e responde ao apelo do verbo latino *complexere*: “abraçar”. O pensamento complexo é um pensamento que pratica um abraço. Ele se prolonga na ética da solidariedade.

O pensamento complexo desafia o conhecimento científico baseado no paradigma cartesiano-mecanicista segundo o qual a natureza teria uma ordem dada ao qual o cientista, para decifrá-la, deveria fragmentar e disjuntar o problema em quantos pedaços fossem necessários, dissipando a aparente complexidade dos fenômenos a fim de revelar a ordem mais simples a que obedecem. Acreditava-se que um dado fenômeno poderia ser analisado através das propriedades de suas partes (Florentino, 2007). Pensava-se como “se a natureza caminhasse irremediavelmente para um ponto determinado de mais ordem. Qualquer distúrbio, qualquer ruído, qualquer alteração [era] imediatamente atacado de forma que a ordem [fosse] restabelecida” (Lima, 1997, p. 57).

Assim, “separou-se o espírito da matéria, a filosofia da ciência; separou-se o conhecimento particular que vem da literatura e da música, do conhecimento que vem da pesquisa científica. Separaram-se as disciplinas, as ciências, as técnicas” (Morin, 1997, p. 21). Além disso, e ainda mais importante para nós, o paradigma da ciência separou o sujeito do conhecimento, do objeto do conhecimento. Para Lima,

[...] na busca compulsiva pela demarcação dos vários campos do saber e a ânsia de apartar o objeto de uma ciência do objeto da outra, os cientistas não se dão conta de que, muitas vezes, o problema está exatamente no campo nebuloso de interseção entre uma ciência e outra (Lima, 1997, p. 60).

Pode-se acrescentar às palavras do autor o fato de que nas ciências humanas, em que sujeito do conhecimento e objeto do conhecimento se correspondem, a tentativa de apartá-los sempre incorreu em soluções parciais, simplórias. De fato, para Morin (1999, p. 10), a insistência em abordar e comunicar suas instâncias separadamente tem sido o limite principal da ciência. Para superar isso, uma reforma do pensamento seria imprescindível.

Na contramão da compartimentalização do conhecimento, fruto do pensamento positivista cartesiano, o pensamento complexo seria uma possível alternativa. Ele busca justamente religar o que o pensamento disciplinar e compartimentado disjuntou e parcelarizou. E religa não apenas domínios separados do conhecimento, como também – dialogicamente – conceitos antagônicos como ordem e desordem, certeza e incerteza, a lógica e a transgressão da lógica. É um pensamento da solidariedade entre tudo o que constitui nossa realidade. Enquanto o pensamento científico-disciplinar e suas concepções unicamente quantitativas trivializam a realidade, o pensamento complexo redescobre o surpreendente e o desconhecido. Em vez de ocultar, ele destaca o mistério das coisas, dos seres do mundo. Esforça-se por se aproximar o mais possível do indivisível e indecifrável e redescobrir o surpreendente e o desconhecido (Morin, 1997).

Não separa, mas junta, lida com o caos e com a não linearidade e com a possibilidade de conciliação entre inconciliáveis. “De fato, os problemas cruciais da complexidade são invisíveis para os que pensam de modo simplificador, e as soluções simplificadoras dadas aos problemas, constituem, em si mesmas, os problemas mais urgentes e mais graves a resolver” (Morin, 1997, p. 12).

Há que, simultaneamente, pensar a ordem e suas perturbações, indícios de desordem. Um Universo estritamente ordenado impossibilitaria o surgimento do novo, cercearia qualquer possibilidade de criação. “Um mundo absolutamente determinado, assim como um mundo absolutamente aleatório, são pobres e mutilados: o primeiro é incapaz de evoluir e o segundo é incapaz de nascer” (Lima, 1997, p. 58).

Entre a estática do mundo organizado e a esterilidade da desordem absoluta é necessário pensar o mundo, os seres humanos e o homem de maneira mais complexa. Como proceder? Acrescentando outros elementos a esta polaridade: a ordem e a desordem não subsistem sozinhas – interagem entre si. A desordem está sempre presente, como elemento perturbador, na ordem. Por sua vez, a ordem pressupõe um certo grau de desorganização. Portanto, uma visão mais complexa de ordem implica uma interação com a desordem, e qualquer desordem supõe um grau de organização. Esses quatro elementos: ordem, desordem, interação e organização possibilitam a compreensão mais complexa das várias realidades do Universo (Lima, 1997, p. 58).

Complexidade e a Ciência Política

Que tipo de relação é possível estabelecer entre o que dissemos até aqui e a política? A política, dentre seus muitos conceitos e significados, é por nós aqui concebida como forma de atividade humana de organização dos indivíduos que se ocupa da discussão e resolução das questões sociais que envolvem estas pessoas. Nas sociedades modernas os subsídios para a discussão e resolução de determinado problema são baseados, sobretudo, no saber científico. Estabeleceu-se que o conhecimento que advinha da ciência seria a única base confiável e segura sobre a qual os seres humanos poderiam solidificar a civilização.

A crença na ciência levou a um glorioso processo de descobertas e construiu um extraordinário legado de conhecimento acumulado, cada vez mais especializado e compartimentado. Como já retratado, este desenvolvimento científico esteve – e ainda está – ancorado na crença de que a ciência, para conhecer, deveria separar o problema em partes, o que levou à divisão progressiva dos campos do conhecimento. Esse processo baseia-se também em outras crenças fundamentais tais como: o conhecimento científico deve estar pautado no mundo material; deve ser racionalmente estudado e logo, separar racionalidade de irracionalidade; e, ainda, deve poder construir previsões.

Por esta razão, na corrida das ciências as áreas das humanas foram às últimas a atingirem a reta de chegada, o que se justifica diante da dificuldade de materializar seu objeto, tratá-lo como coisa, o próprio sujeito conhecedor precisou ser apartado de sua irracionalidade e subjetividade para que tivesse a capacidade de olhar o problema de fora dele.

Isto sem dúvida possibilitou diversos avanços que refletiram na legitimidade das ciências humanas como fornecedoras de evidências para a resolução de problemas políticos. Mas também resultou na exclusão de saberes não científicos e na perda de conexão com outras áreas do conhecimento fundamentais. Isto não significa, evidentemente, que não se estabeleça relações entre campos do conhecimento, mas que frequentemente os pesquisadores são levados a isolar seus objetos do resto da realidade em que estão inseridos como se estivessem em um laboratório controlado, onde buscam encontrar e atingir o mesmo nível de “cientificidade” exigido de outras ciências e expulsando, para tanto, tudo o que é complexo. Contudo, os seres biológicos são nossos exemplares mais complexos e, por extensão, também o é o homem social.

O campo das ciências humanas, mais que qualquer outro campo do conhecimento, está cercado de complexidade. Entretanto, este fato sempre foi visto como seu maior obstáculo. Diante disto, a atitude mais comum foi excluir o elemento que mais contribui para a complexização, o sujeito. Sucessivos paradigmas objetivaram e objetivam excluir a aleatoriedade dos sujeitos das análises das ciências humanas. Uns intentaram mostrar que as estruturas possuíam poder irrestrito sobre os indivíduos que apenas obedeciam a ordens - teorias estruturalistas. Outros buscaram mostrar que o sujeito era, ao contrário, o construtor absoluto de si mesmo, livre de toda determinação - humanismo. Mais recentemente alguns paradigmas modernos tentaram mostrar que o sujeito é parcialmente livre, mesmo sujeitoado – pós-estruturalismo.

O resultado é que as ciências humanas têm dado respostas muitas vezes insatisfatórias aos problemas sociais e excluindo da pesquisa seu principal objeto, o próprio homem, o que reflete consequentemente na tomada de decisões políticas. Este artigo intenta demonstrar, sobretudo, que a teoria política e a ciência política precisam compreender o político como um ser ontológico e incomensurável (Hard; Negri, 2004), um ser complexo por natureza.

Quando dizemos incomensurável, queremos dizer que os desenvolvimentos políticos do ser imperial estão fora de medida pré-constituída. Queremos dizer que as relações entre os modos de ser e os segmentos de poder são sempre construídas de novo e variam infinitamente. Os índices de comando (como os de valor econômico) são definidos com base em elementos sempre contingentes e puramente convencionais. Certamente existem ápices e cimos de poder imperial para garantir que a contingência não se torne subversiva, que ela não se junte às tempestades que surgem nos mares do ser – ápices como o monopólio das armas, o controle do dinheiro, e a colonização do éter. Essas disposições reais do Império garantem que a contingência se torne uma necessidade e não degenerem em desordem (Hard; Negri, 2004, p. 377-378).

Por conseguinte, os estudos que buscam compreender a política e a sociedade precisam incorporar em suas análises esta capacidade de subversão do sujeito e mais ainda, compartilhar uma visão conjunta e global do social e das diversas formas de produzir conhecimento nesta ciência.

A proposta alternativa trazida pelo pensamento complexo é a descompartmentalização do conhecimento. A investigação complexa traria soluções mais completas aos problemas sociais envolvendo o ontológico e não excluindo ou separando o sujeito do objeto, envolvendo as diversas áreas de conhecimento, incomensurabilizando o sujeito e observando o político e a sociedade através de laços e pontes que juntam partes distintas e opostas, observando o todo por meio de complexas relações que transcendem uma análise meramente formal e particular de saberes deterministas.

A sociedade e quaisquer interações que dela resultarem será complexa pelo fato evidente da complexidade ser intrínseca ao ser humano e, dessa forma, torna-se imperioso, ao se pensar em um conhecimento derivado do social, como é a ciência política, conceber os processos, trocas, incertezas, aprendendo a “articular os pontos de vista separados do saber em um ciclo ativo” (Morin, 2008, p. 33). Se o conhecimento que oferece subsídios para a solução de problemas for limitado e parcial, consequentemente a política só será capaz de oferecer soluções igualmente parciais e limitadas.

Refletir acerca do campo social e da ciência política por meio do pensamento complexo é um desafio que começa por revertermos nossa forma tradicional de pensar, aproximando conceitos, objetos e disciplinas, observando interações e esquecendo a lógica determinista. Desta forma, “o esforço recairá, então, não sobre a totalidade do saber de cada esfera, mas sobre os conhecimentos cruciais, os pontos estratégicos, os nós de comunicação, as articulações organizacionais entre esferas separadas” (Morin, 2008, p. 33).

Considerar a complexidade no estudo da política torna-se um desafio necessário e, mais, fundamental para dismantelar a ideia de ciência fixada em uma ordem e fragmentada em unidades, a qual nos fornece um conhecimento estilhaçado e deixa de lado a

complexidade de relações e interações entre todos os níveis existentes. O incerto e o imprevisto fazem parte do social e envolvem a política na mesma medida, fazendo com que qualquer conhecimento que deixe de lado essas premissas permita apenas uma visão particular que não dá conta e desconsidera os mistérios, o desconhecido, desmerecendo a relevância da solidariedade presente no *complexus*.

Compreendendo a política e o social a partir da complexidade

Para um primeiro esforço em tentar trazer o pensamento complexo ao estudo da ciência política, adentra-se nas bases da educação e da produção de pesquisa e conhecimento nesta área, para que possamos refletir acerca do princípio do sistema de explicação que prevalece nas academias e buscar “[...] um conhecimento que articularia o que está separado e tornaria mais complexo o simplificado” (Morin, 2008, p. 33).

Historicamente a ciência política, a exemplo de outros campos científicos, separa e isola suas correntes teóricas. Tomemos algumas delas para exemplificar como esse isolamento, embora útil de várias formas, acaba por prejudicar um olhar mais completo sobre a resolução de problemas políticos. Podemos começar por duas correntes que dividem o início dos trabalhos da ciência política enquanto disciplina científica: o viés comportamentalista e o institucionalista. Cada uma destas linhas de análise possui pressupostos teóricos distintos e que revelam diferentes perspectivas quanto aos problemas sociais, políticos e institucionais. Para compreender como o conhecimento é desenvolvido e propagado na ciência política, necessário empreender uma tarefa um tanto descritiva que começa no nascimento desta ciência dentro da academia.

O surgimento da ciência política como instituição acadêmica especializada desenvolveu-se nos Estados Unidos no século XIX (Feres Jr., 2000)². É claro que o estudo sistemático da política pode ser atribuído a nomes muito anteriores a este período como Platão e Aristóteles, mas necessário evidenciar este marco no que tange a profissionalização e demarcação da ciência política como área isolada da Filosofia e da História e academicamente instituída, pois torna-se importante entendermos como evoluiu e desenvolveu-se as formas de se produzir conhecimento dentro dos estudos acadêmicos da área.

Em um primeiro momento, a abordagem teórica que predominou no âmbito da ciência política foi a institucionalista. Esta abordagem já era utilizada pelos autores clássicos como Aristóteles em sua análise sobre as formas de Estado e suas constituições, Locke, Montesquieu e o estudo sobre a separação dos poderes, pelos federalistas norte-americanos e por Tocqueville (Peres, 2008), os quais já destacavam, de certa maneira, as instituições como variáveis explicativas para os fenômenos políticos e sociais.

O institucionalismo clássico, inspirado pela Filosofia Política e pelo Direito, pautava a sua abordagem em analisar de forma crítica as letras das constituições, os direitos, as regras, os desenhos institucionais, as atribuições de cada poder, os regulamentos, para que, a partir de modificações de cunho institucional, conseguisse alterar

² Em 1857, surge a primeira disciplina de Ciência Política quando Francis Lieber é nomeado catedrático em História e Ciência Política pela Universidade de Columbia, nos Estados Unidos da América (Feres Jr., 2000).

o comportamento social e atingir o bem que almejava para o Estado e para a sociedade. Ou seja, para o institucionalismo, as regras institucionais condicionam ou até determinam as escolhas e o comportamento dos atores. Dessa forma, modificando tais regras, conduzir-se-ia às mudanças sociais.

Contudo, a partir da década de 1930 a insuficiência desse método de análise para explicar os novos fenômenos políticos – nazismo, fascismo, crise do liberalismo e da representação, apatia e alienação política, dentre outros – trouxe a desvalorização de trabalhos dos cientistas políticos institucionalistas e a perda de terreno acadêmico para uma nova vertente de pesquisadores, muito influenciada por teóricos europeus exilados na 2ª Guerra que se instalaram nas universidades norte-americanas (Peres, 2008), a vertente comportamentalista ou *behaviorismo*.

O comportamentalismo, que adveio inicialmente da psicologia e possui também influência da sociologia e da antropologia, propõe a análise dos fenômenos políticos a partir do comportamento humano, seus valores e objetivos. Esses estudos incorporaram em suas análises um maior rigor técnico e científico, dando ênfase à investigação empírica e positiva, à neutralidade axiológica, à análise estatística, aos estudos comparativos, rejeitando o antigo institucionalismo.

Em meados de 1960 críticas e este enfoque já tornavam-se constantes e permeavam aspectos referentes a insuficiência analítica de uma explicação comportamental que baseava-se na observação da ação dos indivíduos sem levar em conta o contexto institucional. Ainda, a perda de força do comportamentalismo se deu frente a questionamentos acerca da impossibilidade da neutralidade axiológica do pesquisador e a necessidade de uma redução dos enfoques multidisciplinares - envolvendo a psicologia, a sociologia e antropologia, todas ciências interessadas no comportamento humano - que criavam uma possível perda de foco e delimitação analítica específica da ciência política (Peres, 2008).

Frente a esta abertura, o institucionalismo ressurgiu como variável explicativa na ciência política, mas agora com outra roupagem e denominado de neo-institucionalismo. O novo institucionalismo mantém as instituições no centro da análise, mas se apropria da cientificidade, da pesquisa empírica e do rigor metodológico trazido pelo comportamentalismo.

Hall e Taylor (2003) defendem que o neo-institucionalismo se subdivide em três escolas: a histórica, a sociológica e a da escolha racional, todas elas buscando evidenciar o papel das instituições na determinação de resultados sociais e políticos. Para o institucionalismo histórico a estrutura organizacional, seu modo de funcionamento, procedimentos e convenções influenciam as escolhas dos indivíduos, do mesmo modo que a trajetória histórica de uma instituição determina como um indivíduo agirá em determinada situação, ou seja “as políticas adotadas no passado condicionam as políticas ulteriores, ao encorajarem as forças sociais a se organizar segundo certas orientações de preferência a outras” (Hall; Taylor, 2003, p. 201).

Já o institucionalismo da escolha racional entende que o comportamento do indivíduo é moldado através da escolha racional dentre todas as opções de ação existentes, analisando àquela que maximize seus ganhos ou suas preferências e levando em conta a possível ação dos demais atores. As instituições moldam as alternativas existentes, os

caminhos possíveis para determinada ação, diminuindo os riscos inerentes às decisões. Enfim, para o institucionalismo sociológico os fenômenos políticos e sociais são determinados não pela trajetória das instituições ou pela escolha racional dos indivíduos, mas através dos comportamentos moldados pelos procedimentos, símbolos e formas institucionais, que exercem influência sobre o comportamento dos indivíduos e sobre a forma de interpretar o mundo e o agir dos demais atores.

Independente das especificações expostas, mais importante é compreender que o neo-institucionalismo e o comportamentalismo correspondem a duas formas distintas de se olhar o mesmo fenômeno político, resultando daí conclusões, da mesma forma, diferentes. Do ponto de vista da complexidade, nenhuma delas é considerada inverídica ou menos importante, cada qual com suas peculiaridades e virtudes, mas nenhuma observará a complexidade do conjunto, das diversas realidades que se sobrepõe, interagem, se contrapõe e se complementam, ao se considerarem como explicações últimas de verdades finais.

A título de reflexão, podemos partir desta ideia e pensarmos como se desenvolve um conhecimento político a partir de um olhar teórico estritamente institucional: o conhecimento que daí resultar tornar-se-á insipiente e inapto a compreensão da realidade pois, pensar as instituições sem compreender o comportamento, a cultura, a ontologia dos sujeitos, a relação e as conexões constantes entre indivíduos, suas paixões ou a influência do ambiente, converte o pensamento político a conhecimentos parciais incapazes de solucionar e desvendar os problemas sociais de modo complexo.

Da mesma forma, pensar, por exemplo, uma crise política a partir da insatisfação popular é incipiente se esquecermos da relação da população com as instituições, com o sistema econômico ou se não levarmos em conta a atuação dos próprios agentes políticos e sociais e a interação dos seres humanos com o meio. Assim, pensar uma situação de crise política a partir de disciplinas fragmentadas não permite que se observe o todo e esvazia os resultados alcançados a partir deste olhar particular. Compreender que as perturbações à ordem e à estática estão presentes em qualquer viés de observação do social e da política, torna-se um primeiro passo em direção a uma observação mais complexa.

Para Morin (2008, p. 72) a desordem possibilita a organização pois, “para que haja organização, é preciso interações³: para que haja interações é preciso encontros, para que haja encontros é preciso desordem (turbulência, agitação)”. Ainda, o autor evidencia que o número e a riqueza das interações aumentam quando se passa ao nível das interações entre sistemas organizados, sobretudo entre seres vivos e sociedades: “quanto maiores as diversidades e a complexidade dos fenômenos em interação, maiores são a diversidade e a complexidade dos efeitos e transformações resultantes dessas interações” (Morin, 2008, p. 72) e, dessa forma, não cabe pensar em uma concepção linear de causalidade.

Morin defende que somos produtos e produtores da sociedade, pois sem indivíduos não existe sociedade, porém, “uma vez que a sociedade existe, com a sua cultura, os seus interditos, as suas normas, as suas leis, as suas regras, produz-nos por sua vez como indivíduos e, uma vez mais, somos produtos produtores” (Morin, 1996, p. 9). Isto significa

³ Morin conceitua interações como “ações recíprocas que modificam o comportamento ou a natureza de elementos, corpos, objetos, fenômenos em presença ou em influência” (Morin, 2008, p. 72).

que não é possível considerar um único fator - estrutural ou comportamental - como determinante do todo o social.

Torna-se primordial ao cientista político compreender a importância de não restringir o olhar a uma linha fixa e determinada de observação, mas envolver as diversas formas de produção de conhecimento em uma dimensão multidisciplinar abrangendo a complexidade da interação entre sujeitos, instituições, organizações, a ordem e a desordem, os antagonismos e as transformações, para possibilitar uma verdadeira compreensão desta realidade interacional complexa.

Alguns autores já vem tratando da utilização sistemática das duas correntes teóricas acima tratadas - institucionalismo e comportamentalismo (Moisés, 2008), mas é importante compreender que não é neste sentido que buscamos caminhar e que as contribuições do pensamento complexo devem ser observadas de uma forma mais profunda e abrangente. Desmanchar a subdivisão existente entre os teóricos políticos, comportamentalistas e institucionalistas não é simplesmente comunicar estes modelos e os conceitos já existentes, mas sim ir muito além desta aproximação, pensar nos desvios, nas incertezas, tornar complexo o simplificado e permitir um olhar mais abrangente da política e do sujeito político. Não busca-se, por conseguinte, um novo método, mas sim uma nova forma de se olhar a política.

É preciso instalar um novo paradigma, é preciso promover uma nova transdisciplinaridade. A nova transdisciplinaridade terá de romper com os padrões atuais de causalidade linear (causa e efeito) à objetividade simples. [...] Precisamos, pois, promover uma nova transdisciplinaridade, de um paradigma que, decerto, permite distinguir, separar, opor, e, portanto, disjuntar relativamente estes domínios científicos, mas que possa fazê-los se comunicarem sem operar a redução. É preciso um paradigma de complexidade que, ao mesmo tempo, disjunte e associe, que conceba os níveis de emergência da realidade sem reduzi-los a unidades elementares e às leis gerais (Lima, 1997, p. 60).

O “tudo” na complexidade não deve ser confundido com o formato universal. Segundo Morin (1997) a complexidade não se presta a homogeneizar as diferenças em um todo, mas redescobre o individual, o contingente e o perecível que haviam sido desprezados pela metafísica, pela ciência e pela técnica ocidental, abraçando e abarcando iguais e diferentes. Portanto, a solidariedade é constituinte dessa sociedade.

Ainda, é necessário lembrar que não se pretende exterminar ou criticar toda e qualquer produção de conhecimento baseada na objetividade e na subdivisão em determinada área de estudo, mas acrescer o abstrato, o ontológico, o subjetivo, a amplitude da reflexão ao pensamento político.

Não se trata aqui de contestar o conhecimento "objetivo". Seus benefícios foram e continuam sendo inestimáveis, já que a prioridade absoluta dada à concordância das observações e das experiências permanece o meio decisivo de eliminar a arbitrariedade e o julgamento de autoridade. Trata-se de conservar absolutamente esta objetividade mas de integrá-la a um conhecimento mais amplo e refletido, dando-lhe um terceiro olho para enxergar o que ela não vê (Morin, 2008, p. 35).

Assim, é importante pensar a política observando o conjunto, adentrando nos quatro elementos citados anteriormente: ordem, desordem, interação e organização, permitindo o conhecimento complexo das diversas realidades políticas e sociais e proporcionando, assim, um novo olhar sobre o todo. Por conseguinte, não busca-se a certeza ou um novo método que conceba uma visão completa do social, ao contrário busca-se o caos, “a certeza negativa de que é impossível encerrar o real em qualquer sistema de pensamento e de ponderação, seja ele qual for” (Morin, 1980, p. 13).

Procura-se, portanto, demonstrar a possibilidade de pensar o social a partir da interação entre indivíduos complexos. Ao invés da disputa entre comportamento livre e estruturação é possível pensar em um sujeito que é livre e determinado ao mesmo tempo. Por extensão, uma sociedade em que liberdade e determinação coexistem não como inimigas, mas complementares. Juntar estas duas coisas aparentemente inconsubstanciais é a proposta do que Morin chama de ética da compreensão.

Parte-se da ideia de que o ser humano é “múltiplo e único ao mesmo tempo, dotado de sentimentos vividos de forma particular, mas também um ser humano que estabelece conexões e vive com os demais e que é influenciado pelo ambiente” (Morin, 1997, p. 23). Suas ações não estão determinadas, pois ele não é o “mesmo quando está apaixonado ou enraivecido, que ele mesmo pode viver situações que o fazem pegar outro caminho, em vez do que deveria” (Morin, 1997, p. 23). Isto não quer dizer que ele se comporta de modo alheio a outros seres humanos, mas que não reage de modo mecânico.

Ao invés de lidar com uma teoria da ação em que o indivíduo age livremente, o pensamento complexo nos diz que há uma ecologia da ação:

A partir do momento em que lançamos uma ação do mundo, essa vai deixar de obedecer às nossas intenções, vai entrar no jogo de ações e interações no meio social no qual acontece, e seguir direções muitas vezes contrárias daquela que era nossa intenção (Morin, 1997, p. 23).

Deste modo, mesmo a liberdade de ação não seria suficiente para garantir que sua interação com o meio social obedecesse à intenção de quem a lançou. É por isso que a resposta a essa incerteza se encontra ao mesmo tempo na aposta e na estratégia. Na aposta, pois não se tem absoluta certeza de conseguir os resultados almejados; na estratégia, que permite corrigir nossa ação, se for visto que ela deriva e vai para outro caminho.

Frente a isto, um método fragmentado, reducionista, permite um conhecimento da mesma forma reduzido e particular, um modo simplificado de pensar que não comporta a compreensão da “multiplicidade de interações, retroações e reorganizações que constituem o humano e sua subjetividade”, tornando-se imperioso refletir acerca de uma ciência política que permita “pensar o mundo em termos de conexões e não de eventos isolados” (Morin, 2000, p. 106), construindo conhecimento a partir da epistemologia da complexidade e possibilitando novas descobertas, relações e possibilidades na esfera do pensamento político.

A reforma do pensamento é uma necessidade democrática fundamental: formar cidadãos capazes de enfrentar os problemas de sua época é frear o enfraquecimento democrático que suscita, em todas as áreas da política, a expansão da autoridade dos *experts*, especialistas de toda ordem, que restringe progressivamente a competência dos cidadãos. Estes são condenados à aceitação ignorante das decisões daqueles que se presumem sabedores, mas cuja inteligência é míope, porque fracionária e abstrata. O desenvolvimento de uma democracia cognitiva só é possível com uma reorganização do saber; e esta pede uma reforma do pensamento que permita não apenas isolar para conhecer, mas também ligar o que está isolado, e nela renasceriam, de uma nova maneira, as noções pulverizadas pelo esmagamento disciplinar: o ser humano, a natureza, o cosmo, a realidade (Morin, 2001, p. 104-105).

Por fim, é importante ressaltar que repensar as divisões nas formas de se produzir conhecimento sobre a política a partir da complexidade não implica em conciliar todos os paradigmas explicativos e cancelar o antagonismo existente entre eles. De fato, há ontologias explicativas impossíveis de serem conciliadas, pois são radicalmente excludentes. Porém o antagonismo, a oposição, faz parte do complexo. O que se defende com o pressuposto da complexidade é uma abertura no olhar, para cima ou para o lado, e uma auto-reflexão dos próprios limites, tentando buscar observar os nós de comunicação, os pontos de contato entre os pólos opostos. Desse modo, abrir-se para a pluralidade explicativa de outros campos que podem oxigenar as explicações políticas, mas também admitir que qualquer explicação é apenas uma explicação e que não existem fórmulas definitivas para resolução dos problemas políticos.

Conclusão

Neste artigo a proposta foi repensar a ciência política a partir do paradigma da complexidade. Argumenta-se que o pensamento complexo já vem sendo aplicado nos mais diversos campos do conhecimento, mas tem sido sistematicamente ignorado pelas ciências sociais e em especial pela ciência política. Apresentamos alguns elementos preliminares para sua utilização e demonstramos a importância de um olhar menos fragmentado e mais solidário e transdisciplinar dentro dos estudos políticos, que desafie o conhecimento científico baseado no paradigma cartesiano-mecanicista e seja capaz de apreender o conjunto, aceitando os laços e as teias de intercomunicações existentes entre as diversas partes e saberes.

A partir dos exemplos de correntes teóricas clássicas na ciência política, buscou-se mostrar como o seu isolamento acabou por resultar em limitações e dificuldades importantes para cada uma delas. Também demonstrou-se que a partir do olhar complexo todo um novo campo de possibilidades se abre para pensar a resolução dos problemas políticos não como fórmulas finais, mas como um processo dinâmico e interativo entre muitos campos do conhecimento.

Assim, propõe-se como primeiro passo para uma aproximação entre o paradigma da complexidade e a política refletir acerca do conjunto que abarca a sociedade como organização política multidimensional, desde valores sociais e familiares, interações entre indivíduos e destes com as instituições, a cultura política, as estruturas estatais e de

governança, comportando as diversas dimensões e procurando, a partir de uma observação menos fragmentada e singular, estudar a política como uma ação complexa. Talvez, assim, possa-se desenvolver uma nova ótica de resoluções para problemas sociais até então imperceptíveis frente a dissolução do contexto em partes, e tornar possível a percepção e a interpretação de causas e consequências, de inter-relações e ligações, a partir do que “está tecido junto”, conjugando nossos conhecimentos em busca de uma melhor compreensão do social.

Referências

- BARANGER, Michel. *Chaos, complexity, and entropy*. Cambridge: New England Complex Systems Institute, 2000.
- FLORENTINO, JAA. *Linearidade, complexidade e sistemas. Sociedade, conhecimento e interdisciplinaridade: abordagens contemporâneas*. Passo Fundo: Ed. da UPF, 2007, pp. 47-94.
- LIMA, Fernando. “Ciência e complexidade”. In: CASTRO, G. et al. *Ensaio de Complexidade*. Porto Alegre: Sulina, 1997.
- MOISÉS, José Álvaro. “Cultura Política, Instituições e Democracia - Lições da Experiência Brasileira”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 23, n. 66, fev. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v23n66/02.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2017.
- MORIN, Edgar. *A Cabeça Bem Feita*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- MORIN, Edgar. “Complexidade e Ética da Solidariedade”. In: CASTRO, G. et al. *Ensaio de Complexidade*. Porto Alegre: Sulina, 1997.
- MORIN, Edgar. *O Método II: a vida da vida*. Portugal: Publicações Europa-América. Biblioteca Universitária, 1980, pp. 87.
- MORIN, Edgar. *O pensar complexo*. Rio de Janeiro: Garamond, 1999, pp. 21-34.
- MORIN, Edgar. “Política de civilização e problema mundial”. *Revista FAMECOS*; Porto Alegre, n. 5, nov. 1996.
- MORIN, Edgar. *O Método I: a natureza da natureza*. Porto Alegre: Sulina, 2ª ed., 2008.
- MORIN, Edgar. “O paradigma da complexidade”. In: MORIN, Edgar. *Introdução ao pensamento complexo*. Porto Alegre: Sulina, vol. 2, 2000.
- HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary C. R. “As três versões do neo-institucionalismo”. *Lua Nova*, n. 58, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/Vpr4gJNNdjPfNMPPr4fj75gb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 jan. 2017.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- HORGAN, John. *O fim da ciência: uma discussão sobre os limites do conhecimento científico*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

PERES, Paulo Sérgio. “Comportamento ou Instituições? A Evolução Histórica do Neo-Institucionalismo da Ciência Política”. *Revista Brasileira de Ciência Sociais*. Vol. 23, n. 68, out. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v23n68/v23n68a05.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2017.

Recebido em: 10-11-2021
Modificado em: 15-02-2022
Aceito em: 30-03-2022

Kamila Nascimento

Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Possui MBA em Gestão Estratégica de Pessoas e Liderança. Mestre e doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Professora do Centro Universitário Fametro (UNIFAMETRO).

Caroline Bianca Graeff

Bacharel em Direito pela Universidade Anhanguera de Pelotas. Mestre e doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Professora Substituta no Curso de Ciências Sociais da mesma instituição.